



**ISSN 2238-118X**

# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 4 N.8 Agosto de 2015***

**A Relação das Instituições com o Progresso Tecnológico e o Crescimento Econômico**

Luccas Assis Attílio

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



**CADERNOS CEPEC**

**Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará**

**Periodicidade Mensal – Volume 4 – N° 08 – Agosto de 2015**

**Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy**

**Vice Reitor: Horácio Shneider**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho**

**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

**Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel**

**Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias**

**Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero**

**Editores**

**José Raimundo Barreto Trindade - Principal**

**Sérgio Luis Rivero**

**Conselho Editorial Provisório**

**Armando Souza**

**Marcelo Diniz**

**Ricardo Bruno**

**Francisco Costa**

**José Trindade**

**Danilo Fernandes**

**Gilberto Marques**

**Sérgio Rivero**

**Gisalda Filgueiras**

**Márcia Jucá Diniz**

---

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao**

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:**

**[jrtrindade@uol.com.br](mailto:jrtrindade@uol.com.br)**

**Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

---

*Cadernos CEPEC*  
*Missão e Política Editorial*

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recepciona textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

*Instruções para submissão de trabalhos*

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>7</b>
<b>3. INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>4. INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>14</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>18</b>

## **A Relação das Instituições com o Progresso Tecnológico e o Crescimento Econômico**

Luccas Assis Attílio <sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo é um *survey* sobre a relação das instituições com o progresso tecnológico e o crescimento econômico com o intuito de denotar a importância das especificidades de cada Estado para o seu desenvolvimento institucional. O governo é considerado peça fundamental para guiar o processo de formação e transformação do atual quadro institucional, cabendo aos formuladores de política a responsabilidade de construir um ambiente propício para o crescimento econômico. Por fim, políticas econômicas que não são elaboradas em consonância com o contexto de cada nação são criticadas por negligenciarem fatores institucionais.

**Palavras-chave:** Instituições; Progresso Tecnológico; Crescimento Econômico.

**Código JEL:** E02, O30, O40.

**Abstract:** The article is a survey about the relationship of institutions with technological progress and economic growth in order to denote the importance of the specificities of each State for its institutional development. The government is considered a fundamental key to guide the process of formation and transformation of the current institutional framework, leaving the policy makers the responsibility of building an enabling environment for economic growth. Finally, economic policies that are not prepared in accordance with the context of each nation are criticized for neglecting institutional factors.

**Keywords:** Institutions; Technological Progress; Economic Growth.

**JEL Code:** E02, O30, O40.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos percebeu-se que muitas políticas econômicas direcionadas para diferentes países para apresentarem crescimento econômico tinham algo em comum: eram muito semelhantes. Como exemplo, tanto nas décadas de 1970 e 1980 com a defesa pela abertura comercial e financeira das economias, como a crítica a essa prática de liberalização dos mercados, ambas as políticas reivindicadas possuíam a mesma omissão, não eram adaptadas aos diferentes contextos micro e macroeconômicos de cada Estado.

Analisando a cultura, tradição, regras formais e informais, forma de cumprimento dos contratos, direitos de propriedade, funcionamento da economia, burocracia estatal, entre outros traços, é compreendido que os países são muito diferentes um do outro, cada nação possui sua especificidade, que é traduzido no conceito conhecido como instituição.

As instituições moldam a forma do Estado e ajudam a explicar as diferenças entre cada nação; e como dito anteriormente, a omissão desse conceito é uma recorrência negativa que os formuladores de políticas têm realizado no decorrer dos anos e fornece subsídios para entender a razão de malogradas políticas econômicas.

Sob essa égide, esse artigo investiga, por meio de um *survey* da literatura existente, os efeitos positivos das instituições sobre o progresso tecnológico e, por consequência, sobre o crescimento econômico, não negligenciando a importância dos governos em cada situação. Entretanto, subjacente a toda a análise, o trabalho passará a mensagem de que é importante considerar as diferentes instituições no processo de evolução dos países, não somente tecnologicamente e economicamente, mas como uma fonte de bem estar social para toda a população, na medida em que instituições eficientes são responsáveis por grande parte do sucesso de desenvolvimento dos países industrializados contemporaneamente.

Para esse intuito, além dessa introdução o artigo está dividido em quatro seções; a seção dois conceitua o termo instituição; a seção três explana sobre a relação instituições e progresso tecnológico; a seção quatro relaciona instituições com crescimento econômico e a seção cinco tece alguns comentários conclusivos.

## 2. INSTITUIÇÕES

O objetivo dessa seção é mostrar as diferentes interpretações que o termo instituição possui e caracterizá-lo para os propósitos do trabalho. Como será percebido, esse termo não é de caracterização trivial, ou seja, a palavra instituição não denota somente construções tangíveis, mas conceitos intangíveis também, como cultura, regras e modo de convivência entre os agentes.

Nelson e Sampat (2001) denotam que para se ter um satisfatório entendimento do desempenho econômico é necessário fugir da modelagem da teoria neoclássica que desconsidera traços peculiares dos Estados e incluir as instituições na análise. Outra crítica análoga à de Nelson e Sampat (2001) é a de Coase (1960), que afirma que os modelos neoclássicos somente se mantêm se os custos de transações forem iguais a zero. Na existência desses custos as instituições importariam.

O importante a frisar nos argumentos de ambos os autores citados anteriormente – e que é entendido tacitamente – é que as instituições funcionam como um conceito de modo a explicar as diferenças intrínsecas de cada Estado; não é recomendável e tampouco correto analisar países díspares considerando esse fator como sendo igual para todos eles.

Instituições podem ser pensadas como sendo algo largamente conhecido e comum, possuindo previsível padrão de comportamento os agentes nela circunscritos, com um generalizado hábito de pensamento e ação (Veblen, 1899). Esse comportamento padrão poderia ser atingido através de normas formais ou informais estabelecidas (Elster, 1989), com o objetivo final de produzir cooperação entre os agentes através da ameaça de punição para quem descumpri-la (Axelrod, 1997).

Hayek (1967) aprofunda essa conceituação; inicialmente ele coloca instituições como sendo práticas reconhecidas amplamente em uma sociedade, de forma parecida com a que Veblen (1899) fez, todavia, Hayek se diferencia ao dizer que não obstante os agentes reconheçam essas práticas, eles também as julgam como sendo apropriadas ou não em determinadas situações. Implicitamente o autor coloca os agentes como os modeladores e transformadores dessas instituições na medida em que os seus comportamentos as afetam.

Instituições ao instruir, restringir e coordenar o comportamento dos agentes podem ser entendidas como algo que impõe as regras do jogo (North, 1990). Nessa conceituação, Eggerstsson (1999) focaliza no papel da cultura para compreender o comportamento humano,

Nelson e Sampat (2001) enfatizam a necessidade de tratar a racionalidade humana como fenômeno social e cultural e Schotter (1981) coloca que instituição é o modo pelo qual as ações são canalizadas.

Destarte, e como assevera North (1989, p. 1324), “*the structural forms of human interaction that characterize societies are a combination of rules, enforcement features, and norms of behavior*”. Assim, instituições seriam o conjunto de variados fatores que moldam uma sociedade e a distingue de tantas outras. Nessa linha de interpretação as atuais instituições de determinado país teriam sido formadas anos atrás por um processo histórico.

As instituições também funcionam como mediadoras de pressões econômicas distribuindo poder entre os agentes e oferecendo soluções para problemas de coordenação que Estados geralmente enfrentam devido às vicissitudes econômicas (Hall e Taylor, 1996; Howell e Givan, 2011). Ademais, fortes mudanças no paradigma econômico vigente acarretariam pressões nas instituições nacionais (Ferner e Hyman, 1992). Com isso, depreende-se que muitas das diferenças contemporâneas entre os Estados são explicadas pelo processo de construção das instituições.

Entretanto, essa modelagem que caracteriza os atuais Estados nacionais decorre de forma paulatina durante os anos, pois as instituições contribuem para a continuidade do atual paradigma, uma vez que suas mudanças são difíceis de serem empreendidas devido aos grupos de interesse, *path dependence* e pela própria natureza das instituições – caracterizadas por serem rígidas e de difícil alteração radical (Howell e Givan, 2011).

Instituições raramente conseguem desempenhar o seu papel isoladamente, elas necessitam da interação e complementariedade com as outras instituições. Isso faz com que elas se reforcem mutuamente, fazendo com que mudanças demorem a acontecer nelas (Hall e Soskice, 2001). Assim como Howell e Givan (2011), Hall e Soskice (2001) fornecem subsídios para compreender porque não é plausível esperar por rápidas transformações institucionais.

A respeito das mudanças que podem ocorrer nas instituições, Campbell (2004) afirma que os agentes que estão sob sua égide podem desempenhar essas alterações ao agirem quando enfrentados por variadas situações problemáticas. Entretanto, instituições pouco desenvolvidas dificultam esse percurso para os agentes, aumentando os custos para executar essas modificações incrementais (Hall, 2007). Como exemplo de instituição que deturpa

possíveis melhorias pode-se citar um ramo da cultura do Brasil cunhado popularmente de “jeitinho brasileiro”, o qual é caracterizado pelos agentes procurarem meios informais – e corriqueiramente ilegais – para superarem adversidades, culminando no prolongamento dessa prática e na postergação de efetivos avanços institucionais em mecanismos para superar os obstáculos advindos.

Sabel (1994) usa o termo *learning by monitoring* para explicar sobre a capacidade das instituições para se auto corrigirem e evoluírem ao longo do tempo e Dorf e Sabel (1998) conotam o termo *experimental governance*, que é a formação da nova configuração institucional que moldará a forma como a governança política ocorrerá, como o próximo passo para as instituições após terem realizado os ajustes que Sabel (1994) disse. Cabe ressaltar que o *learning by monitoring* seria uma condição necessária para ocorrer a *experimental governance* e, por conseguinte, *experimental institutions* – que é o choque entre as instituições previamente existentes com as instituições em ascensão.

Não somente fatores internos causariam modificações nas instituições nacionais, mas fatores externos também impulsionariam essa dinâmica (Kristensen e Zeitlin, 2005). Essa leitura denota que os países não são limitados por seus territórios, suas instituições são o resultado dessa interação. É o que Streeck (2007) assevera ao dizer que a internacionalização econômica impõe novas agendas em instituições nacionais estabelecidas.

Portanto, conforme o ambiente econômico, político, social e cultural se altera, as instituições seguem essa trajetória incorporando a nova mentalidade e cooperação emergida. Porém, essa mudança institucional nem sempre será benéfica para o país, em alguns casos o governo deve intervir para alterar a direção da alteração institucional para que essa se adeque aos interesses de bem estar da nação – essa relação do governo com as instituições é mais bem elucidada nas próximas seções. Nesse horizonte de mudanças institucionais, Thelen (2009) afirma que algumas dessas modificações dependem do poder de veto de alguns agentes, ou seja, podem ser os grupos de interesse ou até mesmo um ramo do *path dependence*.

Consubstanciando a discussão sobre alterações nas instituições, Crouch (2005) trata as instituições de forma mais dinâmica e variada; afirma que sociedades são contextos onde uma variedade de caminhos existe e pode ser trazido para modelar as instituições através de processos de recomposição e criação. Isso decorre das mudanças de regras, comportamentos e

contínua ação dos agentes procurando minimizar os seus custos. Instituições são inequivocamente dinâmicas, não se podem tratá-las como eventos estáticos e fora da influência de tantos outros fatores que moldam a sociedade.

Analisando se as mudanças institucionais são devido à majoritariamente fatores endógenos ou exógenos, Streeck e Thelen (2005) denotam que os fatores internos, ou seja, endógenos, desempenham um papel proeminente nessa relação. Antigas práticas institucionais dormentes podem ressurgir conforme as instituições se alteram, instituições com pouca importância podem vir a ter maior destaque e novos comportamentos surgem quando a mudança institucional ocorre.

Instituição é a conjunção do passado com o presente, sinalizando como poderá ser o futuro do país. O atual funcionamento de determinado Estado é em grande parte explicado por seus acidentes históricos (North, 1989). É por isso que variados países possuem variadas instituições e conseqüentemente diferentes regras formais e informais, modos de cooperação e governança política. Deste modo, instituições ajudam a compreender a dinâmica global dos países, assim como traçar políticas econômicas destinadas a diferentes nações; não se devem negligenciar as peculiaridades dos Estados.

Em suma, instituições são as crenças, culturas, tradições, regras formais e informais, modos de cooperação, tipos de governanças, ideologias incorporadas nas elaborações de políticas e maneiras de enfrentar as vicissitudes globais e nacionais, não deixando de salientar sua natureza dinâmica e transformadora ao longo dos anos. Com a caracterização do termo instituição, a próxima seção relaciona as instituições com o processo tecnológico.

### **3. INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIA**

Na relação entre instituição e tecnologia, Lipsey (2009, p. 262) denota que *“humans are inventive creatures; faced with a challenge that threatens to worsen their situation, or perceiving an opportunity to better it, they will typically seek solutions that involve invention and innovation.”* O autor explica que as revoluções industriais que ocorreram na Europa foram devido ao quadro institucional desse continente que permitiu o acúmulo do conhecimento necessário e os incentivos para desencadear esse processo. Makdisi (1981) enfatiza que não necessariamente essas instituições são obras dos europeus, pois as

universidades europeias são uma invenção islâmica, entretanto, o Velho Continente as modificou de modo a se tornarem propensas para inovações tecnológicas. Esse fato realça a característica intrínseca que as instituições possuem, são dinâmicas e podem ser modeladas de modo a adequar aos objetivos considerados prioritários pelo Estado.

Caso as instituições não se adaptem às mudanças que ocorrem na conjuntura mundial, elas correm o risco de se tornarem atrasadas e retardarem o desenvolvimento tecnológico do país em questão. No atual contexto da globalização cujos territórios nacionais tendem a perderem cada vez mais importância como delimitadores da influência externa, as instituições devem alterar o seu funcionamento para conseguirem sobreviver e fornecer avanços tecnológicos (Herrigel, 2010).

O setor financeiro dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido são exemplos da consubstanciação de legados, crises e inovações institucionais (Kristensen e Morgan, 2012). Ao analisar os mercados financeiros desses países, não se pode deixar de observar o passado que originou suas configurações. Nas dificuldades enfrentadas os agentes envolvidos nesses mercados buscaram os meios para evoluírem institucionalmente; um exemplo são os mercados acionários, um modo de agrupar capitais para permitirem o surgimento de grandes corporações, praticamente impossíveis de serem criadas por um único detentor de capital (Chang, 2010). Outro exemplo seriam os instrumentos financeiros que permitiram a diversificação do risco e maiores investimentos, uma vez que agentes muito aversos ao risco poderiam participar dessas empreitadas, dado que o risco decresceria consideravelmente (Levine, 1997).

Os países da Europa ocidental desfrutam de altas taxas de inovação devido ao fato de que desenvolveram eficientes mecanismos de direitos de propriedade, de contratos formais, garantias e elaborado sistema de monitoramento (North, 1989). Todavia, o autor destaca as normas de comportamento que ajudaram os agentes a cooperar e reduzir os custos de transações, o que tornou o ciclo virtuoso. Porém, essa construção propícia para a inovação dependeu de um governo coordenador, que soube modelar as instituições para gerar esses resultados.

O governo desempenha papel essencial na modelagem das instituições; muitas das diferenças existentes entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento são em grande parte explicadas pelas instituições (Myrdal, 1960; 1977). Tanto a história como as

políticas realizadas por governos no passado ajudaram a lapidar a cultura, tradições, crenças, normas de convivência, regras informais, ou seja, as instituições. De forma recíproca, o governo em si é uma instituição que funciona de acordo com o ambiente em que está circunscrito, é difícil pensar em um governo fora de sintonia com a cultura, leis informais e tradições vigentes. *“Political processes, more broadly, are widely regarded as being strongly institutionalized”* (Nelson e Sampat, 2001, p. 38).

Nelson e Sampat (2001) separam as instituições em dois conceitos, tecnologias físicas (equipamentos e instalações) e tecnologias sociais (interação entre os indivíduos). A relação entre essas duas tecnologias pode gerar desenvolvimento tecnológico na medida em que elas são interligadas. Somente a tecnologia física não é o bastante para gerar avanços, devem-se possuírem adequadas tecnologias sociais para o surgimento de inovações. Deste modo, o autor explana sobre o surgimento da produção em massa dos EUA entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, que se aproveitou de crescentes ganhos de produtividade, inovações tecnológicas e um grande mercado consumidor, entretanto, teve de surgir novas instituições (novos modos de organização de trabalho e rotinas e novas tecnologias sociais e físicas) para que o processo pudesse se corporificar.

Freeman e Perez (1988) salientam sobre a capacidade de absorção tecnológica das diferentes instituições que um mesmo país possui. De acordo com eles, a mudança percebida de setor líder na indústria por esse país é explicada em grande parte devido aos incrementos de tecnologia que essas instituições conseguem absorver. Assim, a situação de setores industriais que ficaram à margem ao longo dos anos, a despeito de terem sido proeminentes no passado, poderia ser entendida pela incapacidade das instituições desses setores para se adequarem ao ambiente tecnológico que emergiu.

Schumpeter (1934) argumenta que inovações quebram as rotinas, setores devem ser reorganizados após alguma descoberta. Trazendo para o campo institucional, entende-se que os desenvolvimentos tecnológicos também, nessa interpretação, moldem as instituições, porém, de forma gradativa, de difícil percepção no curto prazo, como foi enfatizado na seção anterior.

Enquanto North (1989) e Nelson e Sampat (2001) colocam as instituições se desenvolvendo para proporcionarem desenvolvimento tecnológico, Schumpeter (1934) e Freeman e Perez (1988) denotam o lado inverso, o desenvolvimento tecnológico moldando as

instituições. Instituição e desenvolvimento tecnológico é uma relação recíproca, com cada conceito influenciando na substanciação do outro, não excluindo a possibilidade de que o processo ocorra de forma concomitante também.

As instituições de ciência, tecnologia e informação (CTI) nos países em desenvolvimento são pobremente financiadas, sofrem com a dificuldade de obterem bons métodos para avaliar a eficácia de suas políticas e as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) são afastadas da indústria (Arocena e Sutz, 2001). Para mitigar esse quadro, Niosi (2010) propõe a intervenção do governo com políticas de financiamento público para incentivar a construção de melhores aparatos que possam impulsionar o desenvolvimento de tecnologias, bem como a aproximação dessas atividades com as indústrias. Sua justificativa é que setores tecnologicamente avançados são fundamentais para alavancar o crescimento econômico desses países e que sofisticadas instituições são necessárias para atrair capital humano, investimento e absorção de novas tecnologias.

Nelson (2008) chama a atenção para o fato de não somente considerarem as instituições como mecanismos que geram eficiência alocativa, mas atrelar o progresso tecnológico nelas. Denota que há instituições que geram tecnologias e outras que apoiam essas tecnologias, ou seja, deve-se existir uma convergência no funcionamento das instituições para apoiarem todo o processo de forma eficaz para o amadurecimento de novas tecnologias e o seu subsequente aproveitamento. Essa observação de Nelson (2008) é análoga com a de Lipsey (2009), quando ele explanou a respeito das universidades europeias e afirmou que em outros campos do globo existiam inovações, entretanto, as instituições nesses pontos não conseguiram absorver essa ascensão tecnológica da forma como os europeus fizeram. Por fim, Nelson (2008) assevera que mudanças institucionais são difíceis de ocorrerem e de serem controladas, ao contrário da mudança tecnológica.

Deste modo, fica patente a importância institucional na condução do processo de desenvolvimento tecnológico tanto na sua fase de geração, condução e aproveitamento. Não basta somente o país produzir novas tecnologias, deve-se saber aproveitá-las, ou melhor dizendo, deve-se possuir as instituições adequadas para absorverem essa onda de inovação. Como Nelson (2008) enfatizou, o processo de mudança tecnológica é muito mais dinâmico do que mudanças institucionais, de modo que os formuladores de políticas deveriam considerar o horizonte temporal de longo prazo ao perfazerem suas ações, uma vez que suas consequências

institucionais podem ocorrer somente na próxima geração. Por fim, vale salientar o papel crucial que o governo desempenha nessa dinâmica, como foi salientado por North (1989), Niosi (2010) e Nelson e Sampat (2001).

#### **4. INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

A relação entre instituições e crescimento econômico é recíproca, ou seja, tanto o crescimento econômico altera a forma das instituições, como o inverso é válido, as instituições influenciam no desempenho das economias. Vale ressaltar que o fenômeno pode ocorrer de forma simultânea, dada a natureza dinâmica das instituições e que o governo é peça central no processo, o qual pode acelerar ou atrasar no desenvolvimento das instituições e o crescimento econômico.

Huntington (1968) chama a atenção para o fato de que a democracia pode reduzir o crescimento econômico na medida em que ela reduz a estabilidade política e aumenta os conflitos distributivos e Acemoglu e Robinson (2006) denotam que regimes ditatoriais possuem uma propensão para selecionar políticas econômicas que beneficiem apenas a classe que está no poder, incrementando o seu consumo ou sobrevivência política e, em última instância, desacelerando o crescimento econômico. Porém, em contraste com Huntington (1968), Knutsen (2013) afirma que a democracia em alguns países da África Subsaariana recrudescer o crescimento econômico e Wade (1990) assevera que no leste da Ásia regimes autoritários lograram forte crescimento do produto, contradizendo teoricamente Acemoglu e Robinson (2006). A explicação para esses resultados díspares – embora sob semelhantes regimes políticos – são as instituições.

Em países em que a capacidade do Estado é fraca (medida pela eficiência burocrática), a democracia e o crescimento econômico apresentaram uma relação positiva, e ditaduras aumentaram o produto interno bruto (PIB) em países com instituições evoluídas (Knutsen, 2013). Instituições bem estabelecidas e independentes podem restringir ditaduras de selecionarem políticas que enriqueçam os seus líderes e deturpem o crescimento econômico (Wright, 2008). E em Estados com capacidade de governança e fiscalização reduzidas, regimes democráticos tendem a melhorar o desempenho econômico na medida em que a

transparência, responsabilidade e prestação de contas por parte dos políticos eleitos aumentam.

Portanto, independentemente do regime político seguido pela nação, as instituições podem ajudar a mitigar os efeitos deletérios advindos dele. A volta dessa frase é factível de acordo com Englebert (2000), que fornece uma das possíveis justificativas para a fraqueza política dos Estados africanos após o período de colonização. De acordo com o autor, instituições incompatíveis e conflitantes estariam retardando o desenvolvimento desses países. Talvez o legado institucional de submissão para outras nações, acoplado com práticas perniciosas como corrupção, clientelismo político e capitalista<sup>2</sup> e subornos estejam demasiadamente arraigados nesses países que ainda que políticas benéficas para o crescimento econômico sejam empreendidas, os seus resultados podem ser ínfimos devido a esse característico *path dependence*.

Procurando explicar sobre os fatores que alavancaram a revolução industrial em algumas nações, Gerschenkron (1962) narra a trajetória da Alemanha e França e realça que o sistema bancário foi um dos fatores chaves para esse processo se desencadear nesses países, porém, os países retardatários enfrentavam algumas dificuldades para o sistema bancário florescer e apoiar o processo, como é retratado por Gerschenkron (1962, p. 19) ao falar da Rússia:

*The scarcity of capital in Russia was such that no banking system could conceivably succeed in attracting sufficient fund to finance a large-scale industrialization; the standards of honesty in business were so disastrously low, the general distrust of the public so great, that no bank could have hoped to attract even such small capital funds as were available, and no bank could have successfully engaged in long-term credit policies in an economy where fraudulent bankruptcy had been almost elevated to the rank of a general business practice.*

Desse modo, o Estado precisou intervir no processo de industrialização da Rússia alocando crédito e subsidiando-o para setores considerados essenciais para o avanço industrial. O país possuía fracas instituições que minavam possíveis avanços econômicos e que necessitavam de suporte para se desenvolverem e propiciarem melhoras no padrão de vida da população.

---

<sup>2</sup> Clientelismo político ocorre quando alguma decisão política é influenciada pela proximidade política entre os agentes. Clientelismo capitalista é fundamentalmente análogo ao clientelismo político, entretanto, envolve decisões sob a ótica econômica.

A Dinamarca sofreu com alta inflação, déficits públicos e alto desemprego no final do fordismo (1970). Antigas instituições não mais se adequavam ao ambiente de mudanças que o capitalismo perpassava e – mostrando o seu caráter dinâmico e transformador – sofreram modificações nas suas regras e funcionamento. Os agentes desenvolveram novas formas para lidar com o novo ambiente mais globalizado e integrado que emergia criando modos de cooperação que resultaram em um país mais competitivo internacionalmente. Entretanto, Kristensen e Morgan (2012) denotam que esse processo foi facilitado pelos recursos institucionais que a Dinamarca possuía previamente, ou seja, não foi preciso “correr uma longa estrada” até atingir a eficiência institucional, pois a nação contava com boas instituições, favoráveis para as mudanças que poderiam surgir com as dificuldades mundiais.

O forte crescimento econômico das colônias da América do Norte em detrimento ao das colônias da América do Sul é explicado pelas instituições, de acordo com North (1989). Direitos de propriedade, cumprimento dos contratos e regras formais e informais estão entre os fatores que acarretaram esse distanciamento entre os atuais países desse continente que outrora foram colônias. Essa observação realça o conceito *path dependence*, que é formado por acidentes históricos e ajuda a entender o atual cenário institucional em que a nação se encontra. No caso dos países da América do Sul, muitas de suas problemáticas instituições são entendidas à luz desse passado, assim como os grupos de interesse que prejudicam o avanço institucional, dadas as práticas de *lobbies* e clientelismo político.

Com referência a relação instituição e progresso tecnológico, Nelson e Sampat (2001) denotam que para países que operam na fronteira tecnológica, seria inócuo aumentar somente os níveis de capital físico e humano, uma vez que o atual aparato tecnológico restringiria os ganhos produtivos advindos desses fatores. Entretanto, para o crescimento econômico ocorrer, os autores defendem a ascensão de progressos tecnológicos que irão necessitar de uma adaptação institucional para que ele seja aproveitado e transformado em crescimento econômico. Destarte, crescimento econômico, progresso tecnológico e instituição são conceitos estreitamente interligados e dependentes. A evolução favorável desses é crucial para o desenvolvimento econômico das nações, como é visto nos países desenvolvidos, caracterizados primordialmente pela primazia tecnológica e institucional, consubstanciando em economias ricas devido ao crescimento econômico subjacente.

Em relação ao desenvolvimento institucional que países depreendem de modo a superar fases de estagnação econômica, a Inglaterra, com mercado de trabalho mais liberal (Hall, 1993), a França, com o governo intervindo no mercado de trabalho (Hall e Soskice, 2001) e a Suécia, com o sistema de coordenação de barganha entre os empregadores e sindicatos (Martin, 1991), apresentaram desempenho econômico errante no final da década de 1970, todavia, suas instituições se alteraram de forma a contornarem os problemas enfrentados. Atualmente, ainda que algumas modificações tenham ocorrido, como o mercado de trabalho se tornando mais flexibilizado, esses países guardam essas mesmas características institucionais da era do fordismo, embora com alguns ajustes (Howell e Givan, 2011). Isso denota que as alterações institucionais não ocorrem destruindo as antigas formas, mas sim as modelando, o país está “preso” ao seu passado sob alguma medida.

Portanto, procurou-se relacionar instituições com crescimento econômico através de experiências empíricas. De forma geral, é difícil estabelecer a direção da causalidade, e por vezes outros fatores influenciam no processo, como o progresso tecnológico. O essencial é notar que instituições determinam na maneira em que dada política irá impactar em dado país, o que ajuda a compreender a ineficácia de algumas políticas econômicas que desconsideram as instituições de cada economia, como pode ser visto nas políticas favoráveis à liberalização financeira nas décadas de 1970 e 1980, as quais defenderam as mesmas medidas (abertura da conta de capitais, desregulamentação financeira, entre outras) para países com diferentes instituições.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os estudos citados e casos empíricos dissertados sobre as instituições influenciando no surgimento, propagação e absorção dos avanços tecnológicos, bem como o impacto desse desenvolvimento sobre o crescimento econômico e o papel proeminente dos governos em moldarem essas instituições de forma que contribuam para que essa relação ocorra, torna-se significativo para os formuladores de políticas econômicas compreenderem e considerarem as instituições na elaboração das políticas.

Dadas as peculiaridades de cada nação, não é estranho observar que semelhantes políticas econômicas impactem de maneiras díspares em cada Estado. O estranho é perceber

que no atual estado das artes – e dado a proeminência das instituições – essa omissão ainda esteja presente nos dias de hoje.

Portanto, a principal mensagem que esse trabalho procura passar é para que os formuladores de políticas denotem relevância para as instituições ao elaborarem suas políticas tanto nacionalmente como internacionalmente e entendam o ciclo virtuoso que existe entre instituições, avanços tecnológicos e crescimento econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. e ROBINSON, J. A. Economic Backwardness in Political Perspective. **American Political Science Review**, vol. 100, n. 1, p. 115–131, 2006.

AROCENA, R. e SUTZ, J. Changing Knowledge Production and Latin American Universities. **Research Policy**, vol. 30, n. 8, p. 1221-1234, 2001.

AXELROD, R. **The Complexity of Cooperation**. Princeton, Princeton University Press, 1997.

CAMPBELL, J. L. **Institutional Change and Globalization**. Princeton. Princeton University Press, 2004.

CHANG, H. J. **23 Things They Don't Tell You About Capitalism**. Bloomsbury Publishing, 2010.

COASE, R. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, vol. 3, p. 1-44, 1960.

CROUCH, C. **Capitalist Diversity and Change**. Oxford. Oxford University Press, 2005.

DORF, M. e SABEL, C. F. A Constitution of Democratic Constitutionalism. **Columbia Law Review**, vol. 98, n. 2, p. 267–273, 1998.

EGGERTSSON, T. The Emergence of Norms in Economics - With Special Reference to Economic Development. Max Plank Institute for Research into Economic Systems. Unpublished Manuscript, 1999.

ELSTER, J. **The Cement of Society**. Cambridge. Cambridge University Press, 1989.

ENGLEBERT, P. **State Legitimacy and Development in Africa**. Lynne Rienner, 2000.

FERNER, A. e HYMAN, R. **Industrial Relations in the New Europe**. Oxford: Blackwell, 1992.

FREEMAN, C. e PEREZ, C. 1988. Structural Crises of Adjustment, Business Cycles, and Investment Behavior. In: DOSI et al. (ed.), **Technical Change and Economic Theory**. Pinter Press, London, 1988.

GERSCHENKRON, A. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge. Harvard University Press, 1962.

HALL, P. A. Policy Paradigms, Social Learning and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. **Comparative Politics**, vol. 25, n. 2, p. 275–296, 1993.

\_\_\_\_\_. The Evolution of Varieties of Capitalism in Europe. In: HANCKE, M. e RHODES, M. (eds.) **Beyond Varieties of Capitalism: Conflict, Contradictions and Complementarities in the European Economy**, Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 39-85.

HALL, P. e SOSKICE, D. E. **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. New York: Oxford University Press, 2001.

HALL, P. e TAYLOR, R. Political Science and the Three Institutionalisms. **Political Studies**, vol. 44, n. 5, p. 936–57, 1996.

HAYEK, F. **Studies in Philosophy, Politics, and Economics**. Routledge & Kegan Paul, London, 1967.

HERRIGEL, G. **Manufacturing Possibilities. Creative Action and Industrial Recomposition in the United States, Germany and Japan**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HOWELL, C e GIVAN, K. R. Rethinking Institutions and Institutional Change in European Industrial Relation. **British Journal of Industrial Relations**, vol. 42, n. 2, p. 231-255, 2011.

HUNTINGTON, S. P. **Political Order in Changing Societies**. New Haven, CT: Yale University Press, 1968.

KNUTSEN, C. H. Democracy, State Capacity, and Economic Growth. **World Development**, vol. 43, p. 1-18, 2013.

KRISTENSEN, H. P. e MORGAN, G. From Institutional Change to Experimentalist Institutions. **Industrial Relations**, vol. 51, n. 51, 2012.

KRISTENSEN, H. P. e ZEITLIN, J. **Local Players in Global Games**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- LEVINE, R. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda, **Journal of Economic Literature**, vol. 35, p. 688-726, 1997.
- LIPSEY, G. R. Economic Growth Related to Mutually Interdependent Institutions and Technology. **Journal of Institutional Economics**, vol. 5, n. 3, p. 259-288, 2009.
- MAKDISI, G. **The Rise of Colleges: Institutions of Learning in Islam and the West**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1981.
- MARTIN, A. Wage Bargaining and Swedish Politics: The Political Implications of the End of Central Negotiations. Harvard Center for European Studies. Working Paper Series, n. 36, 1991.
- MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro. Editora Saga Ltda, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Contra a Corrente**. Rio de Janeiro. Editora Campus Ltda, 1977.
- NELSON, R. R. What Enables Rapid Economic Progress: What are the Needed Institutions? **Research Policy**, vol. 37, p. 1-11, 2008.
- NELSON, R. R. e SAMPAT, N. B. Making Sense of Institutions as a Factor Shaping Economic Performance. **Journal of Economic Behavior & Organization**, vol. 44, p. 31-54, 2001.
- NIOSI, J. Rethinking Science, Technology and Innovation (STI) Institutions in Developing Countries. **Innovation: Management, Policy & Practice**, vol. 12, n. 3, p. 250-268, 2010.
- NORTH, D. Institutions and Economic Growth: An Historical Introduction. **World Development**, vol. 17, n. 9, p. 1319-1332, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SABEL, C. F. Learning by Monitoring: The Institutions of Economic Development. In: SMELSER, N. e SWEDBERG, R. (eds.) **Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, P. 137-165, 1994.
- SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Harvard University Press, Cambridge, 1934.
- SCHOTTER, A. **The Economic Theory of Social Institutions**. Cambridge University Press, Cambridge, MA, 1981.

STREECK, W. Globalization: Nothing New Under the Sun? **Socio-Economic Review**, vol. 5, n. 3, p. 537–547, 2007.

STREECK, W. e THELEN, K. **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

THELEN, K. Institutional Change in Advanced Political Economies. **British Journal of Industrial Relations**, vol. 47, n. 3, p. 471–98, 2009.

VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions**. Macmillan, New York, 1899.

WADE, R. **Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WRIGHT, J. Do Authoritarian Institutions Constrain? How Legislatures Affect Economic Growth and Investment. **American Journal of Political Science**, vol. 52, n. 2, p. 322–343, 2008.

*Recebido para publicação em Fevereiro de 2014.*

*Aceito para publicação em Julho de 2015.*